

Senado exige presidência de Orçamento

O Senado não abre mão do direito de indicar um senador (do PMDB, como maior partido) para presidir a Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que também terá de funcionar em uma das dependências da Casa. Esta é a decisão que o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), comunicará ao presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, no café da manhã, hoje, em sua residência oficial do qual participarão ainda os líderes do PMDB nas duas Casas, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e deputado Genivaldo Correia (PMDB-BA), e o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

Consciente de que se faz necessário melhorar a imagem da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, o senador Mauro Benevides pretende submeter aos demais participantes da reunião minuta de um projeto de resolução que muda o próprio nome daquele órgão técnico para Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, institui um rodízio na sua presidência entre Câmara e Senado e impõe a obrigatoriedade de renovação de um terço de seus membros, a cada dois anos.

Direito—A Comissão Mista de Orçamento do Congresso é objeto de críticas contundentes no Congresso. Critica-se o tráfico de influência nas suas decisões, que seriam comandadas por um pequeno grupo, à frente seu presidente, deputado Cid Carvalho.

O senador Mauro Benevides acredita que chegou a hora de instituir regras que melhorem a imagem da Comissão Mista de Orçamento. Ele acha que chegou a vez do Senado indicar o presidente daquele órgão, uma vez que a Câmara o mantém, irregularmente para os deputados, há três anos (o presidente



Ibsen pode perder disputa

Cid Carvalho está na Comissão de Orçamento desde setembro de 1988).

O senador Mauro Benevides pretende submeter projeto de resolução que muda o nome da comissão e estabelece que ela será integrada por 63 deputados e 21 senadores, assim como por igual número de suplentes (atualmente era de um terço). Na segunda quinzena de fevereiro, estabelece o projeto, da primeira e da terceira sessão legislativa de cada legislatura, a Mesa do Congresso convidará as lideranças partidárias ou de blocos parlamentares para fixar as respectivas representações numéricas na Comissão.

Estabelecida a representação, os líderes comunicarão ao Presidente da Mesa do Congresso, até o penúltimo dia útil de fevereiro, os nomes das respectivas bancadas que, como titulares e suplementares, irão integrar a Comissão pelo período de dois anos.

A comissão terá um presidente, três vice-presidentes e um relator geral, eleitos por seu pares, em reunião a ser realizada nos cinco dias úteis que se seguirão à sua instalação, com mandatos iguais aos dos membros das mesas da Câmara e do Senado.

Segundo ainda o projeto de resolução, as funções de presidente, vice-presidentes e relator geral serão exercidas alternadamente por representantes do Senado e da Câmara. A primeira eleição para presidente e 2º vice-presidente recairá em representantes do Senado.